

A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

Roberta Machado Boniolo

Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense
Pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração
Institucional de Conflitos (INCT-InEAC)

robertaboniolo@yahoo.com.br

Resumo

A etnografia das reuniões do grupo Elos da Diversidade, formado por membros da sociedade civil e agentes públicos vinculado a um programa da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, entre dezembro de 2012 e março de 2014, possibilita pensar como o uso de conhecimentos administrativos, científicos e religiosos são empregados na administração de conflitos motivados pela presença de oferendas no Parque Nacional da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma reflexão acerca do lugar dos coordenadores do grupo como produtores de discursos voltados tanto para os religiosos de matriz afro-brasileira quanto para os funcionários do parque e representantes do poder público, a fim de garantir a legitimidade (e legalidade) das práticas rituais na natureza. A controvérsia em torno das oferendas possibilita refletir sobre as limitações das competências discursivas dos religiosos afro-brasileiros no debate público, em diferentes situações de interação.

Palavras-chave: religiões afro-brasileiras; espaço público; administração de conflitos.

Abstract

The ethnography of meetings of the Elos Diversity group, formed by members of civil society and public agents linked to a program of the Secretary of State for the Environment of Rio de Janeiro, between December 2012 and March 2014 makes it possible to reflect upon the use of administrative, scientific and religious knowledge in the administration of conflicts motivated by the presence of offerings at Tijuca National Park, in the city of Rio de Janeiro. It reveals the role of the coordinators of the group as producers of discourses aimed at both the Afro-Brazilian religious practitioners and the park officials and representatives of the public power, in order to guarantee the legitimacy (and legality) of the ritual practices in nature. The controversy over offerings makes it possible to reflect

A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

on the limitations of the discursive skills of Afro-Brazilian religious practitioners in the public debate, in different situations of interaction.

Keywords: Afro-Brazilian religious groups; public space; administration of conflicts.

Atualmente a presença de práticas rituais em ruas, lagos, praias, cemitérios, encruzilhadas e matas tem explicitado controvérsias públicas acerca dos sacrifícios de animais e do *despacho*¹ de oferendas afro-brasileiras no espaço público (Boniolo 2014; Carvalho 1999; Copelotti 2016; Oro 2006; Renou 2011; Santos 2005; Silva 2012; Silva 2000). No Parque Nacional da Tijuca (PNT), as oferendas vêm ocasionando, desde a década de 1990, conflitos com funcionários do parque e ambientalistas. É nesse contexto que utilizo o conceito de “controvérsia pública”, adotado por Montero (2012), para pensar as ações dos integrantes do grupo Elos da Diversidade, formado por religiosos afro-brasileiros (umbanda e candomblé), professores universitários, funcionários da Secretaria do Estado do Ambiente (SEA) e (ex-) funcionários do PNT. Meu propósito é compreender como as categorias *religioso, natureza, preservação e impactos ambientais* são mobilizadas para a legitimação das práticas religiosas nos espaços do parque. Esse entendimento possibilita a compreensão da dinâmica presente na relação dos fenômenos religiosos e políticos a partir da mobilização de discursos públicos.

Meu foco é a construção de discursos pelos membros do Elos da Diversidade, sobretudo os coordenadores. Busco refletir sobre como os conhecimentos administrativos, científicos e religiosos são empregados na administração dos conflitos motivados pela presença de oferendas em áreas de preservação ambiental, a fim de que o uso religioso da *natureza* seja reconhecido pelos representantes do poder público. Trata-se de pensar os coordenadores como “produtores de discursos” ou “discursividade” (Foucault 1996), capazes de mobilizar diversos atores, em diferentes esferas, para garantir a legitimidade (e legalidade) da realização das práticas rituais com oferendas em áreas ambientais legalmente protegidas.

Os “procedimentos de exclusão” anunciados por Foucault (1996) nos ajudam a pensar as limitações dos religiosos afro-brasileiros na produção de discursos legítimos na esfera pública, visto não possuírem as competências requeridas, tais como linguagem ad-

1 Despachar refere-se ao ato de dispor a oferenda em lugares específicos no espaço público, em algumas situações, sob orientação da própria deidade. No decorrer do texto, utilizarei o recurso das aspas duplas em definições conceituais de termos científicos e para citações diretas que não ultrapassem três linhas. Usarei o itálico para os conceitos mobilizados em campo pelos meus interlocutores, além de títulos de atividades e materiais produzidos e também palavras em outros idiomas.

ministrativa e científica, para dialogarem com os demais representantes do poder público e funcionários do PNT.

Nesse sentido, o compartilhamento de linguagem científica, administrativa e religiosa entre os membros do Elos da Diversidade nas reuniões semanais era um modo de reforçar e divulgar o argumento, enfatizado pelos coordenadores, de que as práticas religiosas afro-brasileiras e o uso da *natureza* não são incompatíveis. Esses conhecimentos não eram passados a partir de conteúdos programados, mas a partir da correlação entre as deidades afro-brasileiras e os elementos naturais diante de exemplos extraídos do cotidiano dos membros do Elos.

O objetivo, portanto, é mostrar como os coordenadores possuíam um papel-chave na tradução desses discursos, ou na sua “translação” (Latour 2000), porque dominavam diferentes situações de interação. Quero com isso enfatizar que para os coordenadores terem acesso a diferentes representantes de órgãos governamentais era preciso acionar uma série de discursos consolidados dentro do campo das políticas públicas ambientais, bem como toda formalidade a eles atribuída. Tais competências foram conquistadas por eles ao longo de suas trajetórias pessoais/profissionais e tinham impacto significativo na tentativa de implementação do projeto Espaço Sagrado da Curva do S², que consistia na criação de uma infraestrutura considerada pelos membros do Elos adequada às práticas rituais afro-brasileiras na localidade conhecida como Curva do S, adjacente ao Parque Nacional da Tijuca e das regras de uso do mesmo espaço. Além de ações de educação ambiental com os religiosos afro-brasileiros da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ressalto ainda que, apesar da não concretização do Espaço Sagrado da Curva do S, os coordenadores do Elos identificaram a inserção dos religiosos no debate sobre o meio ambiente como uma conquista importante no campo político-ambiental, onde a presença das religiões afro-brasileiras ainda é rejeitada. Tomo por *lócus* de análise as reuniões do Elos da Diversidade e os eventos promovidos por seus integrantes entre novembro de 2012 e março de 2014.

2 Ao longo do texto, utilizarei a grafia *Espaço Sagrado*, em caixa-alta, para me referir ao projeto elaborado ao longo de quase duas décadas, que descreverei, contrastando-a com *espaço sagrado*, em caixa-baixa, em referência à forma como os membros do Elos da Diversidade caracterizavam a *natureza* como um lugar de morada das deidades afro-brasileiras. Ressalto que não busquei explorar os significados de espaço sagrado do ponto de vista da religião/religioso, mas como a construção de uma categoria que os membros do Elos da Diversidade utilizavam para relacionar as florestas, praias, mares e cachoeiras às deidades afro-brasileiras, a fim de que os religiosos dessa matriz fossem reconhecidos pelos representantes do Estado como detentores do direito de entrar nas áreas públicas naturais para a realização das suas práticas rituais.

O projeto Espaço Sagrado da Curva do S

Todas as quintas-feiras, por volta das 10h, os membros do Elos da Diversidade se reuniam em uma das salas do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Chegavam aos poucos: uns antes e outros muito tempo depois do horário previsto. Os encontros ocorriam em uma sala de aproximadamente 20 m², espaço quase todo ocupado por cadeiras, mesas e armários. O objetivo das reuniões era discutir as atividades que seriam desenvolvidas pelo grupo e o andamento do projeto de construção do Espaço Sagrado da Curva do S, nas cercanias do Parque Nacional da Tijuca (PNT).

O projeto de construção de um espaço para fins religiosos foi elaborado por grupos ambientalistas, religiosos de matriz afro-brasileira, funcionários do parque e representantes do poder público³, no final da década de 1990, com o intuito de equacionar uma solução para o conflito pelo uso dos espaços do PNT. Na época, os funcionários do parque costumavam impedir os religiosos de matriz afro-brasileira de acessar as matas e cachoeiras, sob alegação de risco ao meio ambiente.

O projeto baseia-se em três pontos: 1) construção de infraestrutura para melhorar o acesso e uso do local pelos religiosos, com a edificação de banheiros, vestiários, sala de exposição, rampas, escadas, bancos, telefone público e composteira; 2) realização de oficinas para ampliar a discussão acerca do uso sustentável da natureza e da realização de oferendas com materiais biodegradáveis; 3) gestão do espaço e limpeza constante da área. Houve pouco avanço desde a sua idealização e a criação do Elos da Diversidade foi o ponto alto desse processo, já que foi o momento em que o projeto esteve mais próximo de ser implementado.

O Elos da Diversidade foi criado como parte de um programa de governo chamado Ambiente em Ação, voltado para a administração dos conflitos motivados pela presença de oferendas religiosas em áreas naturais públicas na região metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente no Parque Nacional da Tijuca. O projeto teve início em 2011, quando um dos idealizadores do projeto Espaço Sagrado assumiu a Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEAM-SEA/RJ). A superintendente coordenava o programa enquanto dois professores – um da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e outro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – eram responsáveis, respectivamente, pela coordenação acadêmica do programa e pela coordenação do Elos.

A equipe do Elos foi montada a partir de relações de afinidade estabelecidas en-

3 Para a compreensão do processo de criação e das pessoas que participaram de sua concepção em diversos momentos, ver Nascimento (2006) e Costa (2008).

tre alguns indivíduos que participaram de seu processo de fundação. Eles se aproximaram durante atividades realizadas nas décadas de 1990 e 2000 para pensar e desenvolver ações que vinculassem religião e meio ambiente a partir de um diálogo comum às duas áreas. Seus membros podiam ser divididos em duas alas complementares. A primeira era composta por religiosos afro-brasileiros (em sua maioria sacerdotes de umbanda e candomblé⁴), professores universitários, representantes de instituições públicas e de movimentos sociais e, ainda, (ex-) funcionários do PNT. Já a segunda era formada por uma equipe de apoio técnico, que compreendia a secretária, a coordenadora financeira, uma produtora e uma assistente de eventos, uma equipe de comunicação formada por quatro membros, e o responsável pela logística das atividades realizadas pelo grupo.

Direta ou indiretamente, cerca de vinte pessoas participavam da equipe, embora todas as decisões ficassem restritas aos membros da primeira ala, principalmente, aos coordenadores. O número total de participantes variou durante o período do trabalho de campo. Uma das metas do Elos da Diversidade era a realização de uma oficina para discutir com os funcionários do parque as diretrizes que balizariam as normas de uso do Espaço Sagrado da Curva do S. Por se tratar de uma área pertencente a uma unidade de conservação, as atividades ali realizadas devem ser avaliadas pelos gestores do PNT e estar em conformidade com o plano de manejo do parque (PNT 2008). A oficina seria a ocasião na qual as normas de uso seriam negociadas por seus participantes, inclusive os religiosos.

Apesar da oficina nunca ter acontecido, em diversos momentos ela figurou como um tema a ser discutido nas reuniões. Entre os detalhes que seriam acertados estavam: local; duração; atividades a serem realizadas; composição das mesas, com convite dirigido a nomes estratégicos (religiosos, professores universitários e autoridades no assunto) indicados pelos membros do Elos e do poder público para compor as mesas e utilização de material escrito pelos membros do Elos nas atividades que seriam desenvolvidas.

Inicialmente prevista para 2013, a data da oficina foi alterada algumas vezes devido à incompatibilidade de agendas dos possíveis palestrantes e à impossibilidade de fechamento das propostas. Além de discutir pontos considerados importantes para o debate da temática que relaciona religião e meio ambiente, a oficina seria uma oportunidade para mostrar em que estágio estava o projeto do Espaço Sagrado, tanto no que tange à infraestrutura quanto às regras de uso.

Para dar embasamento jurídico a tais regras, uma advogada especialista em direito ambiental foi contratada para elaborar um texto *técnico-religioso*, cujo propósito era

4 Os religiosos que integravam o Elos da Diversidade possuíam trajetórias distintas, mas todos compartilhavam a participação em movimentos sociais.

A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

relacionar os saberes ambientais e os da religião a partir de um referencial legal. Dessa forma, esperavam estruturar os argumentos jurídicos que orientariam as formulações das diretrizes e normas do Espaço Sagrado do ponto de vista dos religiosos.

Para discutir os valores da religião foram organizados alguns encontros com os sacerdotes mais velhos⁵, que exerciam papéis consultivos no projeto. Eles constituíam o Conselho de Guardiões do Sagrado e da Natureza, formado por dez sacerdotes de candomblé e de umbanda, considerados pelos membros do Elos os mais tradicionais na região metropolitana do Rio de Janeiro⁶. Seu papel era dar respaldo ao texto elaborado junto à equipe técnica que legitimava o uso de elementos biodegradáveis nas oferendas e a construção do Espaço Sagrado.

Reuniões de grupo e participação em eventos

No primeiro encontro com os guardiões, em 2013, a discussão iniciada pela coordenadora geral do programa dizia respeito ao comportamento que os frequentadores, especialmente os *simpatizantes* e *leigos*, necessitariam adotar ao entrar em um espaço sagrado. Aqueles que eram a favor do uso religioso do parque não desconsideravam os *impactos* causados pela presença da oferenda no meio ambiente. No entanto, afirmavam que deveria haver uma diferenciação entre *religiosos* e *simpatizantes*, tomando por base o conhecimento sobre a *sacralidade da natureza*:

Quando você vê saco plástico no ambiente, isso não faz parte de liturgia nenhuma, então tem também uma má educação ambiental porque quem joga latinha de refrigerante na cachoeira... Quando que uma cachoeira vai ter latinha de refrigerante?! Não é religioso! Tem outra coisa aí! Está indo um simpatizante que toma refrigerante e joga na cachoeira, porque joga na rua, em qualquer lugar. Tem que diferenciar! (Coordenadora geral do Programa Ambiente em Ação, reunião semanal).

A diferenciação estava presente no discurso de todos os membros do Elos, seja em

5 Em relação ao projeto, trata-se dos sacerdotes com mais tempo de iniciação nas religiões afro-brasileiras e que coincidia, para a maior parte dos indivíduos, com a faixa etária mais avançada.

6 Associação de Proteção aos Amigos e Adeptos do Culto Afro-Brasileiro (APAACABE), Casa do Perdão, Grupo de Mulheres Yepondá, Hunkpame Azonwane Savaluno, Ilê Asé Alá Koro Wo, Ilê Asé Efon, Ilê Axé D'Ogum Já, Ilê Axé Xoponã, Ilê Omi Ojuaro, Ilê Omon Legi, Ilê Omolu Oxum, Kupapa Unsaba, Kwegbomy – Doté Dica Ajunsú, Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro (MIR), Omo Aro Cia Cultural, Templo Espiritualista de Jagum, Templo Umbandista Vovó Maria Conga do Congo, Tenda Espírita Caboclo Flecheiro Cobra Coral e União Espiritualista de Umbanda do Brasil.

publicações⁷, nas reuniões semanais e também nos eventos por eles organizados ou para os quais eram convidados. Seu maior intuito era ressaltar o entendimento de que o *religioso* e o *devoto* não poderiam ser acusados de poluidores, pois cultuavam divindades que são forças da *natureza*. Deveriam, portanto, ser considerados apoiadores das causas ambientais. Nesse sentido, *simpatizante*, *frequentador*, *cliente* e *leigo* eram categorias usadas para indicar aquelas pessoas que procuram a religião para resolver crises, principalmente relacionadas ao amor, à saúde e à instabilidade financeira, sem ter um envolvimento com a religião:

Não tem como convencer o poder público de várias formas sobre o meio ambiente porque tudo se retorna contra nós. Se você chegar a um denominador comum dessa situação, qual é? Quem faz a prática religiosa errada não são os nossos. A nossa prática, que eu tenho essa visão, não é de levar alguidar. Não é! Nunca foi e nunca será! Candomblé não faz isso, quem faz não é candomblecista. Também quem é umbandista nato... não faz porque não tem práticas de comidas e de outras coisas. Então quem faz? É uma população que nós levamos nas costas e não é nossa. É cliente: “me dá a mulher que eu amo”, “me dá o dinheiro que eu quero”, “me dá o carro do ano que vem”. Não é o que nós fazemos, a gente canta, a gente louva, a gente abraça, a gente beija, isso que a gente vai fazer lá e o poder público tem que conhecer isso (sacerdote, membro do Elos da Diversidade, reunião semanal).

Na consulta aos guardiões sobre como os praticantes deveriam se portar no Espaço Sagrado, uma das sacerdotisas presentes disse que o comportamento dependeria da educação que cada um recebe dentro de sua casa⁸. Não poderiam, portanto, determinar um modelo único a ser seguido. Imediatamente, outra sacerdotisa citou a praia como exemplo de espaço sagrado e questionou como impediria que um *curioso* se aproximasse do ritual. A coordenadora acadêmica respondeu que, em termos da Geografia:

(...) uma fronteira não precisa resultar de espaços físicos, mas sim do comportamento. Evidentemente, se tem uma roda, cantando para um orixá, aquele que chega, naturalmente, vai entender que existe uma fronteira, algo que os separa, e aí vai ter que se comportar de uma forma

7 Relatório de Atividades do Elos da Diversidade (2011); I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental: Meio Ambiente e Espaços Sagrados no Contexto das Unidades de Conservação (2006); Corrêa, Costa & Barros (2013).

8 No decorrer do texto, utilizo a palavra casa para me referir à sede da instituição religiosa, e, por consequência, ao grupo religioso vinculado a ela, tanto de umbandistas, quanto de candomblecistas.

diferente. Isso nós chamamos de território, que se constitui e desmancha ao sinal do ritual. Da mesma forma, isso acontece com o evangélico. Quando ele está pregando na praça, ninguém chega e chuta a bíblia. (...). Você delimita a fronteira e é isso que cada vez mais precisamos afirmar. No momento que estamos na ritualística, aquele espaço ritual é nosso.

Insatisfeita com a resposta, a sacerdotisa afirmou que a explicação “funciona muito bem na teoria, mas na prática, não”. Argumentou que, em sua casa, apesar das orientações e avisos, muitos frequentadores chegam para assistir e participar das celebrações usando decote, roupa preta ou bermuda. Para ela, “o ser humano é muito difícil para seguir regras”. A coordenadora acadêmica esclareceu que não é possível proibir, mas trabalhar para uma “mudança de mentalidade”. Segundo a coordenadora, o objetivo do projeto era “uma mudança de mentalidade, e uma mudança de mentalidade especialmente para os povos de terreiro, de umbanda e candomblé”. O que queriam, afirmou, “acima de tudo, é o respeito religioso. Essa é a ideia principal e foi dentro dessa linha que o projeto foi criado. É uma questão de educação permanente e de mudança de mentalidade”.

Essa situação ilustra que não basta “saber e sentir”, mas deve-se “ter o dom de expressar” como afirmou uma das integrantes do Elos. Nessa perspectiva, o questionamento da sacerdotisa poderia, para um público que desconhece as ações do grupo e não que pertencem aos cultos afro-brasileiros, ir contra o argumento central do Elos ao assinalar o descumprimento das regras de uso do Espaço Sagrado e o desconhecimento da *sacralidade da natureza* pelos próprios *devotos*, e não apenas dos *simpatizantes*. Para os umbandistas e candomblecistas, a observação da sacerdotisa poderia sinalizar a deslegitimação das propostas dos membros do Elos em torno do Espaço Sagrado.

O comportamento da sacerdotisa aponta para o que Foucault (1996) denominou “procedimento de exclusão”, isto é, um dos mecanismos de controle do discurso por parte de uma das religiosas integrantes do Elos. Ainda que o encontro fosse restrito aos membros do grupo e convidados, a fala da mãe de santo colocava em suspeição a relevância do projeto por ela “não saber quando e como falar” em eventos públicos, como explicou a mesma religiosa citada acima. Segundo ela, esperava-se da guardiã uma postura menos de confrontação e mais de concordância com as ações do grupo. Sempre que o nome dela era sugerido para alguma atividade, rapidamente a religiosa questionava sua instabilidade discursiva. De acordo com ela, ninguém conseguiria prever se a sacerdotisa faria uma avaliação positiva ou negativa do projeto.

Muitas vezes, o que estava em jogo era menos o conteúdo e mais a forma do discurso. O posicionamento da coordenadora acadêmica na situação descrita anteriormente revela

que a linguagem científica, a partir da referência a conceitos específicos da Geografia, era capaz de dar respostas – ainda que vagas – aos questionamentos dos religiosos, justamente por se tratar de um campo de saber que estes não dominavam, mas cuja importância reconheciam.

Ao mesmo tempo, o uso do pronome possessivo “nosso” e o verbo conjugado na primeira pessoa do plural inseriam tanto a coordenadora acadêmica quanto a sacerdotisa no mesmo grupo e apontavam para um objetivo comum: assegurar o direito de acesso e uso aos *espaços naturais* para a realização de práticas rituais das quais a coordenadora também participava. O discurso poderia soar impreciso e até mesmo incompreensível para alguns, mas a ação carregava o compartilhamento de uma intenção: o uso da *natureza* para a realização dos rituais afro-brasileiros. A coordenadora, que é professora e religiosa, lançou mão de seu duplo pertencimento para enfatizar que toda mudança faz parte de um processo, em que a universidade tem um papel de destaque para a transformação dos comportamentos, tanto na forma de se relacionar com o meio ambiente, como na participação dos afro-brasileiros no cenário político. Ainda que a sacerdotisa não tenha ficado completamente convencida acerca da possibilidade da mudança, a resposta foi considerada satisfatória naquele momento.

O vínculo do projeto com a universidade favorecia, além da descentralização dos recursos provenientes da Secretaria do Estado do Ambiente, a aceitação da discussão por parte de alguns religiosos, já que não era visto como um projeto *político*, mas *acadêmico*. No entanto, os participantes do Elos eram constante e indiretamente acusados de quererem confinar os religiosos em áreas restritas ou de mudar as práticas rituais.

Eles afirmavam que a criação do Espaço Sagrado não seria motivo para a restrição no acesso a outros espaços, mas uma forma de reconhecimento público do direito dos religiosos em acessar as áreas naturais para seus rituais. Em relação às mudanças nas práticas, diziam que se tratava de *orientações*, não de *determinações*. Demonstravam preocupação com o acúmulo de oferendas nos locais considerados ritualmente sagrados e enfatizavam que a realização das práticas poderia gerar multas para quem fosse pego em flagrante, por se tratar de uma atividade ilegal em um parque nacional.

Certa vez, o grupo foi convidado a participar de um seminário sobre liberdade religiosa em Queimados, região metropolitana do Rio de Janeiro. O convite e os detalhes do evento foram acertados entre uma das religiosas integrantes do Elos e o responsável pela Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial daquele município. Ela se encarregou de levar os coordenadores do Elos para falar da construção de um espaço sagrado e das legislações que regem as diferentes modalidades de unidades de conserva-

ção. Ele convidaria os sacerdotes e sacerdotisas do município e apresentaria, por meio de fotos, o local que os representantes da coordenadoria⁹ consideravam “ideal para ser transformado em um espaço sagrado”. O objetivo final do encontro era fomentar uma parceria com a superintendência para a construção de um espaço sagrado na Baixada Fluminense¹⁰.

O encontro aconteceu em uma casa de umbanda e contava com a presença de membros da coordenadoria de Queimados, religiosos convidados e alguns membros do Elos (dois coordenadores e dois religiosos). Montou-se um auditório improvisado, com um projetor e cerca de quarenta cadeiras de plástico perfiladas dentro da casa. A religiosa do Elos que esteve à frente dos preparativos do evento foi a primeira a falar, depois das boas-vindas do responsável pela direção espiritual da casa. Em sua curta fala, ela focou na apresentação da equipe do projeto de criação do Espaço Sagrado, chamando a atenção para a sua originalidade. Ressaltou, também, a participação da universidade e da superintendência, que se uniram, de acordo com ela, a partir do reconhecimento da fragilidade pela qual a religião passava.

Sua fala indicava a necessidade de ampliação de acesso e protagonismo dos religiosos na universidade e no governo. Por isso, a palestrante enfatizava a necessidade de se construir parcerias. Em seguida, a coordenadora acadêmica, seguindo o protocolo religioso afro-brasileiro, *pediu a bênção* para falar. Apresentou-se como professora e diretora do Instituto de Geografia, assim como coordenadora acadêmica do Programa. Nessas circunstâncias, ela não mencionava a sua religiosidade. Por mais que preferisse omitir o posicionamento religioso, privilegiando o institucional, o primeiro aparecia nas falas:

Nós [Elos da Diversidade] objetivamos unir dois posicionamentos que a princípio aparecem como antagônicos: a conservação da natureza, a preservação, o cuidado com a natureza e as práticas religiosas. Estas que possuem na natureza seu maior bem simbólico. A natureza possui uma significação porque é o nosso próprio orixá, é representado como bem simbólico de nossas ações, de nossos rituais, para que as nossas celebrações possam ser feitas, daí o nosso cuidado, nossa preocupação.

Para a coordenadora, sua participação nos eventos era justificada institucionalmente, como representante da universidade e coordenadora de um projeto de extensão. Do ponto de vista dos membros do Elos, o que legitimava e diferenciava o projeto de cons-

9 Alguns dos representantes da Coordenadoria presentes no evento também pertenciam às religiões de matriz afro-brasileira.

10 Formada pelos municípios de Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Japeri, Guapimirim, Mesquita, Queimados, Itaguaí, Seropédica e Magé.

trução do Espaço Sagrado da Curva do S de outros projetos ou movimentos existentes no estado do Rio de Janeiro era justamente a presença da universidade, a fim de sinalizar que não era um projeto relacionado com políticas governamentais.

Tendo em vista a consolidação do campo ambiental no século passado, ainda que dentro dele haja correntes divergentes (Diegues 2000), a universidade era vista como a única instituição capaz de conferir credibilidade à participação dos religiosos no campo político-ambiental. Nesse sentido, era comum que, nas solenidades religiosas, a coordenadora mencionasse sua qualificação profissional na apresentação do projeto e das metas do Elos da Diversidade para autoridades públicas e religiosas. Ela dominava as condições para que o discurso, mesmo que breve, fosse crível a todos os presentes que reconheciam a universidade como uma instituição produtora de conhecimento (Foucault 1996).

Na mesma ocasião, além de agradecer a todos os presentes, o outro coordenador do Elos agradeceu às deidades pela oportunidade de falar naquela casa. Antes de explicar o projeto de criação do Espaço Sagrado e as legislações ambientais, disse que desejava que todos compreendessem o que já haviam realizado até aquele momento e destacou, assim como a coordenadora acadêmica, a conquista em unir universidade, governo e religiosos em um único projeto, apesar das resistências dentro das instituições públicas:

Quem anda por aí sabe que a universidade é muito resistente, nós somos minorias dentro da universidade, se afirmar num projeto que tem esse perfil... lutando pelas coisas que nós lutamos, sem ter problema de se assumir dentro da universidade.... Hoje sou um homem reconhecido nacionalmente e sou um homem do candomblé, e isso é algo difícil na universidade.

Essa foi a primeira vez que o coordenador se assumiu publicamente como religioso, o que foi comemorado por aqueles que estavam presentes no evento com sorrisos e gritos de axé¹¹ e, posteriormente, por todos da equipe na reunião do Elos. Embora não seja uma afirmação esperada em um evento oficial, a declaração de pertencimento à religião aproximava o público dos integrantes do Elos¹². Por mais que estivesse carregada de emoção, a fala cumpriu o objetivo pretendido: discorrer sobre a construção de espaços sagrados. O discurso, previamente planejado e organizado, foi proferido por uma pessoa

11 Para compreender os diferentes significados da palavra axé, ver Prandi (1990). No texto o significado está relacionado a uma saudação e aprovação a algo falado.

12 Conforme me explicou em uma entrevista, a aproximação do coordenador com os grupos afro-brasileiros começou quando esteve na Bahia para realizar um projeto ambiental sobre gestão das águas. Apesar de ter-se declarado como não religioso inicialmente, sua postura foi sendo modificada ao longo do projeto. A data da atividade de encerramento do projeto foi marcada, entre outros motivos, por ser o dia da sua *iniciação* no candomblé.

A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

capacitada para essa função (Foucault 1996), que soube também aproveitar a oportunidade de construção de parcerias para revelar sua religiosidade.

Era a partir das conversas que aconteciam nas reuniões ou por meio da participação em eventos pela cidade que os membros do Elos faziam circular as controvérsias acerca dos impedimentos dos religiosos afro-brasileiros em usarem as áreas naturais para suas práticas rituais. Eles também costumavam aproveitar essas oportunidades para apresentar o projeto de construção do Espaço Sagrado da Curva do S e distribuir os materiais produzidos pelo grupo¹³. As falas dos coordenadores costumavam aliar suas experiências profissionais e pessoais no campo político, acadêmico e religioso ao discurso ambiental.

Em outra circunstância, a coordenadora geral do programa participou de uma mesa intitulada *Intolerância Religiosa e Meio Ambiente*¹⁴. Compunham a mesa um professor universitário, o então secretário municipal de Meio Ambiente e o fundador do Círculo Holístico Arca da Montanha Azul¹⁵. O seminário contou com a participação de jornalistas, religiosos de diversas crenças, professores e estudantes universitários, e também representantes do poder público.

A apresentação da coordenadora durou aproximadamente 30 minutos, com projeção de gráficos, estatísticas e mapas referentes à diversidade biológica e cultural da Mata Atlântica, assim como discussão sobre todo impacto causado pelo avanço industrial e pelo crescimento das cidades. Ao chamar a atenção para o Rio de Janeiro e para os fragmentos descontínuos de florestas que sobraram após anos de devastação, explicou a estratégia mundial, adotada também pelo Brasil, de criação de áreas naturais protegidas por lei. O problema sublinhado por ela é que a partir do momento que o Brasil adotou uma política ambiental norte-americana de criação de áreas naturais para a proteção das florestas e animais, importou também os conflitos com as populações tradicionais que residem nesses espaços ou dele fazem uso. Tomando como exemplo o Parque Nacional da Tijuca, ela mencionou a prática, por parte dos funcionários, de discriminação no uso do espaço público, e explicou que entre os religiosos usuários do PNT, os católicos seriam os únicos a ter “permissão prévia para entrar, além de área de estacionamento, local para liturgia, vigilância e coleta resíduos”. Ainda ressaltou que ao contrário das demais religiões, o cato-

13 Como o *Decálogo das oferendas* (2011), a *Cartilha Orixá e Natureza cuidando das florestas e das águas* (2014) e a *Cartilha Cuidar da natureza respeitando orixás e entidades* (2014).

14 Anualmente, no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) realiza seminários e diversas atividades na cidade do Rio de Janeiro com o intuito de criminalizar os atos de intolerância religiosa. No ano em questão, o evento ocorreu no Centro Cultural da Justiça Federal (RJ).

15 Linha fundada a partir da Barquinha, religião amazônica centrada no uso da *ayahuasca*. Fonte: <http://arcadamontanha.blogspot.pt>. Acesso em 05/05/2017.

licismo conta com espaços exclusivos destinados a seus rituais, como “o Cristo Redentor e três capelas católicas”.

No que tange ao discurso de ambientalistas que acusam os religiosos de poluidores, sobretudo em razão do *lixo* resultante da decomposição de oferendas e da queima de troncos de árvores provocada pelo uso de velas, ela enfatizou a “negligência e omissão” do poder público na limpeza das áreas utilizadas pelos religiosos afro-brasileiros:

Diferentes tradições usam a natureza e algumas tradições têm seus templos sagrados na própria natureza e precisam acessar essa natureza. Proibir o acesso de religiosos da umbanda e do candomblé em áreas de proteção é condená-los à morte e condenar à morte a cultura. É injustiça, não pode haver essa proibição. (...), como eu falei, os resíduos ficam no ambiente porque não existem políticas públicas de coleta regular de resíduos em áreas de uso tradicionais de religiosos de matriz africana. Eu não conheço empresa pública que colete em área tradicionalmente ocupada por religiosos de matriz africana, então há negligência e omissão do poder público, que ainda acusa os religiosos ou a religião de ser poluidora. A gente [Elos da Diversidade] problematiza isso. Para a conservação, as oferendas deixadas na natureza são lixos. Para os religiosos, a oferenda é presente para a deidade, depois de um certo tempo aquilo vira resíduo. Todo mundo paga imposto para ter coleta de resíduos regular. Todo mundo aqui paga imposto, todas as instituições religiosas pagam impostos e deveriam ter esse serviço nas suas áreas de uso tradicional.

Como ambientalista, religiosa e ocupante do cargo de superintendente de educação ambiental, a coordenadora não negava que as oferendas geravam impactos ao parque. Todavia, buscava diferenciar, a partir do emprego da palavra *resíduo*, a matéria proveniente da decomposição das oferendas dos demais materiais encontrados na natureza, como latas de refrigerante e embalagens, trazidas por visitantes ou *simpatizantes*. A responsabilização do próprio poder público pela falta de comprometimento em oferecer o serviço de coleta e de limpeza em áreas naturais religiosas, diminuía o peso das acusações atribuídas unicamente aos *devotos*.

Por fim, ela aproveitou para explicar as propostas de preservação ambiental contempladas no projeto do Espaço Sagrado, como a instalação de uma composteira, a contratação de pessoas treinadas para retirarem as oferendas após seu período ritual e a oferta de oficinas que estimulassem a substituição dos materiais mais *impactantes* nas oferendas por outros biodegradáveis.

A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

A primeira parte do discurso proferido pela coordenadora correspondeu ao que se esperava de uma gestora e cientista. No entanto, a reação da plateia não foi unânime quando esta culpabilizou o poder público pela degradação dos espaços usados pelos religiosos. Algumas pessoas acenaram afirmativamente com a cabeça em concordância; outras desviaram o olhar e torceram os lábios, parecendo discordar. Entretanto, a reação parecia se dever mais à forma ríspida com que as frases eram pronunciadas do que pelo conteúdo.

O ritual, que se caracteriza para Foucault (1996) como um dos procedimentos de controle daquele que profere o discurso, é composto por exigências de qualificações, etiquetas e circunstâncias para atingir sua eficácia. Muitas vezes, a coordenadora geral era considerada mais *militante* do que *gestora* e/ou *acadêmica*, devido à veemência constante em suas falas. Por outro lado, os religiosos sentiam-se mais contemplados, apesar de alguns *devotos* mais integrados no âmbito discursivo da política temerem que tal comportamento pudesse ter repercussões negativas.

Todos concordavam, porém, com o posicionamento da coordenadora de que as ações deveriam contar com a participação dos religiosos, seja na proposição das formas de uso da natureza, seja nas ações de educação ambiental, a fim de estimular a substituição dos objetos considerados mais *poluentes*, como o plástico e o vidro.

O Programa Ambiente em Ação, por meio do Elos da Diversidade, constituía-se como uma política pública capaz de dialogar, por meio dos coordenadores, com os diversos atores envolvidos no conflito. Eles eram capazes de articular todo um conhecimento acumulado ao longo de suas trajetórias para mobilizar discursos em todos os lugares nos quais tinham a oportunidade de falar do projeto.

Sua argumentação fundamentava-se em alguns eixos: a diferenciação do tratamento dado aos religiosos afro-brasileiros em relação aos *devotos* de outras religiões; a necessidade de diferenciar as oferendas de outros materiais encontrados no parque; a distinção entre as diversas práticas rituais com oferendas; a articulação de temas, noções e conceitos científicos para dar conta do uso dos espaços naturais para as práticas religiosas; o acesso desigual dos religiosos aos espaços naturais; a relação das deidades com os elementos da *natureza*, que fundamenta o desejo e a disposição dos religiosos em contribuir para a preservação do ambiente; e, por fim, a utilização de todo um arcabouço jurídico para pleitear a garantia do direito dos religiosos de realizarem suas práticas em áreas ambientais públicas.

Os membros do Elos da Diversidade justificavam a presença no projeto pela ação das deidades, mas legitimavam-na pela trajetória pessoal e profissional de cada integrante. Nesse período, havia uma conjuntura que favorecia os *encontros* e a possibilidade de

se criar políticas públicas voltadas a administrar o conflito decorrente da prática das oferendas. Durante todo o período de existência do projeto de construção do Espaço Sagrado, este foi o que mais se aproximou de sua concretização, e a atuação dos coordenadores do Elos foi decisiva para o avanço na discussão no que se refere à relação entre as religiões afro-brasileiras e a *natureza* (Boniolo 2014).

A capacidade de articulação discursiva dos coordenadores, que lançavam mão de uma linguagem política e científica, favorecia, senão a aceitação, pelo menos a não rejeição do projeto por todos os atores envolvidos. Além disso, a construção de discursos que relacionavam os orixás e a *natureza* favorecia a legitimidade da participação dos religiosos afro-brasileiros no debate.

Os coordenadores sabiam, ainda, lidar com toda a burocracia à qual o projeto estava vinculado, afinal, havia objetivos e metas que precisavam ser cumpridos para justificar a prestação dos gastos. As instituições das quais os coordenadores eram representantes também favoreciam a aceitação do projeto por parte dos religiosos não filiados ao Elos e dos demais representantes do poder público.

No estado do Rio de Janeiro, é comum os projetos ligados às religiões afro-brasileiras estarem vinculados à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. O Elos da Diversidade, no entanto, estava vinculado a uma secretaria reconhecida por tratar de temas considerados relevantes no contexto brasileiro e internacional, como *preservação do meio ambiente, impactos ambientais e sustentabilidade*. Estar nessa secretaria ainda favorecia a ampliação da possibilidade de acesso direto a representantes de outros órgãos ambientais, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

A universidade, por sua vez, desempenhava papel de destaque nesse processo desde o início dos discursos na década de 1990, ainda no Parque Nacional da Tijuca. Primeiro porque a linguagem científica é compartilhada pelos ambientalistas e funcionários do PNT. Apesar das disputas em torno da definição de natureza, preservação e os seus usos, havia uma legitimação no saber científico consolidada em uma instituição de ensino e pesquisa. Segundo porque é um campo não dominado pelos sacerdotes afro-brasileiros: ser professor de uma universidade indicava posição de prestígio em um ambiente pouco dominado pelos religiosos.

No período de trocas de secretários na Secretaria do Estado do Ambiente (SEA), nos primeiros meses de 2014, a continuidade do projeto ficou incerta. Uma integrante do Elos, acompanhada por outros religiosos, participou de uma reunião com o então novo secretário. A ideia era de que a solicitação para a finalização do projeto de construção do

A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

Espaço Sagrado partisse dos religiosos. Quando ela explicou o projeto, deu ênfase à relação da religião com o meio ambiente, ressaltando o lado da *sacralidade da natureza*. No entanto, ela foi interrompida pelo secretário com questionamentos específicos, como o custo total para implementação do Espaço Sagrado e o número de pessoas que o projeto abarcaria.

Naquele momento, a integrante do Elos não conseguiu responder aos questionamentos do secretário, apesar da sua experiência no campo da militância religiosa no Rio de Janeiro e da sua presença no projeto desde as primeiras elaborações, ainda na década de 1990. Faltaram-lhe, também, respostas que congregassem outras dimensões do projeto, como as ações de educação ambiental. Como observa Montero (2012), em relação aos movimentos evangélicos e católicos no Brasil que capacitaram alguns agentes no debate público – ajustando o discurso religioso ao secular –, é possível perceber, a partir do Elos da Diversidade, que outros segmentos minoritários não disseminaram entre os integrantes um discurso capaz de representar uma agenda política de acordo com seus interesses entre distintas instituições.

Nesse sentido, a centralidade dos coordenadores do Elos da Diversidade na execução desta política pública foi primordial para a circulação entre os religiosos afro-brasileiros de um vocabulário que pudesse congregiar e estabelecer correlações entre distintas áreas de conhecimento. Dessa forma, o grupo conseguia que os demais representantes das instituições públicas recebessem seus membros e ouvissem suas propostas. Pode parecer pouco diante dos objetivos do projeto, mas foi eficaz para dar visibilidade à controvérsia em torno das oferendas no espaço público.

Considerações Finais

O saber, como afirma Foucault (1996), produz poder, por isso os coordenadores do Elos compartilhavam conceitos e ensinamentos com os religiosos integrantes do grupo a fim de que o projeto de construção do Espaço Sagrado da Curva do S fosse legitimado no campo político-ambiental por meio da participação ativa dos religiosos afro-brasileiros. O desafio posto, sobretudo para os coordenadores, era o diálogo entre as estruturas religiosas e burocráticas. Para tal, a aposta que fizeram foi a mediação via universidade.

Os religiosos e os demais integrantes da equipe não eram inexperientes quando se tratava do cenário político carioca, mas reconheciam que seria a partir do aprendizado de uma linguagem científica, bem como da ocupação de lugares na universidade que conseguiriam espaço para falarem e serem ouvidos. Já os coordenadores, diante dos seus

diferentes pertencimentos, conseguiam desfazer os limites do campo religioso, científico, político e ambiental. Dessa maneira, conseguiam mobilizar alguns religiosos de fora do Elos e representantes de instituições públicas para atender às metas estabelecidas no projeto e reivindicar os mesmos privilégios conferidos às confissões religiosas reconhecidas pelo Estado que também faziam uso do Parque Nacional da Tijuca, como a Igreja Católica.

Como as controvérsias são uma maneira de reunir “um conjunto de fatos em um debate público” e transformá-lo em um “problema social” (Montero 2012: 178), há a necessidade de pessoas dedicadas às “translações” (Latour 2000) dos objetivos do grupo e dos seus apoiadores. Para que o projeto Espaço Sagrado fosse concretizado, e incorporado a uma *atitude ecológica* na realização das oferendas, os coordenadores precisavam controlar os diferentes interesses nele envolvidos, administrando as tensões da unidade do grupo e os seus aliados com o foco na execução do projeto.

Era consenso entre os três coordenadores que a atual degradação das matas, rios e mares coloca em risco a biodiversidade no mundo. Por isso, eles e os outros membros da equipe buscavam despertar o interesse dos demais religiosos para as metas do projeto. Mesmo que as opiniões dos religiosos fossem contrárias às ações do Elos, ninguém desejava ser classificado como *poluidor*, por isso não se declaravam publicamente contra o grupo.

A relação entre religião e meio ambiente não teria se tornado um tema obrigatório nos debates organizados na cidade do Rio de Janeiro sem a ajuda dos religiosos de dentro e fora do projeto. No entanto, era preciso criar uma linguagem que abarcasse os conhecimentos científicos, políticos e religiosos para contemplar a diversidade dos cultos de matriz afro-brasileira existentes no Rio de Janeiro.

Para que a pauta do Elos da Diversidade se tornasse legítima, os coordenadores sabiam que era preciso que o discurso dos religiosos se adaptasse ao campo político-ambiental. Por isso, investiam no compartilhamento de experiências com os *devotos*, especialmente contemplado na vinculação do discurso ambiental às deidades afro-brasileiras. Não bastava o discurso: novos apoios só seriam conseguidos se a mensagem fosse passada com formato, conteúdo e dicção convincente por um orador dotado de legitimidade.

Como em todo processo de construção, não há certezas sobre o caminho a percorrer, e o Elos da Diversidade deve ser entendido como um experimento resultante de outros experimentos ao longo de quase duas décadas de tentativa de criação do Espaço Sagrado. Os *encontros* de pessoas e o diálogo entre conhecimentos devem ser lidos como a marca do projeto. Apesar da proximidade com os representantes do governo nas três esferas, os integrantes do Elos não conseguiram implementar o projeto. Como a controvérsia em tor-

A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

no das oferendas em áreas de preservação ambiental não foi encerrada, novos *encontros* acontecerão para que os religiosos afro-brasileiros continuem a garantir a presença no debate público fluminense.

Referências

- BONIOLO, Roberta Machado. 2014. *“Um tempo que se faz novo”*: o encantamento de uma política pública voltada à regulamentação dos rituais de religiões afro-brasileiras. Dissertação de Mestrado. PPGA, Universidade Federal Fluminense.
- CARVALHO, José Jorge. 1999. “Um espaço público encantado. Pluralidade religiosa e modernidade no Brasil”. *Série Antropologia*, 249 (1): 2-22.
- COPELOTTI, Lucía. 2016. *Sobre (N)atureza(s) e cosmologias em disputa: controvérsias em torno das práticas rituais de religiões de matriz afro-brasileira no espaço público em Cachoeiras de Macacu*. Dissertação de Mestrado. PPGA, Universidade Federal Fluminense.
- CORRÊA, Aureanice; COSTA, Lara; BARROS, José Flávio (orgs.). 2013. *A floresta: educação, cultura e justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.
- COSTA, Lara Moutinho. 2008. *A Floresta Sagrada da Tijuca: Estudo de Caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional*. Dissertação de Mestrado. EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. 2000. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec/Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP.
- FOUCAULT, Michel. 1996. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- LATOUR, Bruno. 2000. *Ciência em ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp.
- MONTERO, Paula. 2012. “Controvérsias Religiosas e Esfera Pública: repensando as religiões como discurso”. *Religião & Sociedade*, 32 (1): 167-183.
- NASCIMENTO, Graça. 2006. “Projeto Religião e Meio Ambiente”. In.: *I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental: Meio Ambiente e Espaços Sagrados no Contexto das Unidades de Conservação*, Rio de Janeiro.
- ORO, Ari. 2006. “The sacrifice of animals in Afro-Brazilian religions: analysis of a recent controversy in the Brazilian state of Rio Grande do Sul”. *Religião & Sociedade*, 25 (2): 1-14.
- PNT (PARQUE NACIONAL DA TIJUCA). 2008. *Plano de manejo*. Rio de Janeiro: MMA/ICM-Bio.
- PRANDI, Reginaldo. 1990. “Linhagem e legitimidade no candomblé paulista”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (1):18-31.
- RENOU, Mariana. 2011. *“Oferenda e Lixo Religioso: como um grupo de sacerdotes do candomblé angola de Nova Iguaçu ‘faz o social’”*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Museu Nacional.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado do Ambiente. 2011. *Relatório de Atividades do Elos*

da Diversidade. Rio de Janeiro.

_____. 2011. *Decálogo das Oferendas*. Rio de Janeiro.

_____. 2014. *Orixá é natureza. Cuidando das florestas e das águas: orientações para práticas culturais religiosas em unidades de conservação e Diversidade*. Rio de Janeiro.

_____. 2014. *Cuidar da natureza respeitando orixás e entidades*. Rio de Janeiro.

SANTOS, Eufrázia. 2005. *Religião e Espetáculo: análise da dimensão espetacular das festas públicas do candomblé*. Tese de Doutorado. PPGAS, Universidade de São Paulo.

SILVA, Mariana. 2012. *“Orixás, guardiões da ecologia”: um estudo sobre conflito e legitimação das práticas religiosas afro-brasileiras em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Universidade de São Paulo.

SILVA, Vagner Gonçalves. 2000. “As esquinas sagradas: o candomblé e o uso religioso da cidade”. In: J. Magnani & L. Torres (org.), *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EdUSP. pp. 88-123.

Recebido em 05 de maio de 2017.

Aceito em 25 de outubro de 2017.